

Pela causa geral ou específica? Uma questão para as feministas brasileiras nas páginas de *Mulherio* (1981-1988)¹

NASCIMENTO, Lilian Soares do (História Social)²
Universidade Estadual de Londrina/PR

Resumo: O presente trabalho apresenta um recorte temático entre conflitos políticos vivenciados nos movimentos feministas brasileiros através das páginas do jornal alternativo e feminista *Mulherio* publicadas de 1981 a 1988. Nessa época de reabertura política, os diversos movimentos que até então se mantiveram unidos no objetivo de derrubar o Regime de Ditadura Militar passam a se fragmentar em partidos, grupos autônomos, ou de ações individuais e acadêmicas. As demandas feministas, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos e Europa, encontraram obstáculos para firmarem-se como questão política sob a justificativa de haver uma luta maior e geral contra a repressão e desigualdade social. A proposta é trazer à luz a forma como o próprio periódico tratou dessas questões na medida em que ocorriam, considerando essa fonte de pesquisa, portanto, como produto e produção de seu tempo.

Palavras-chave: Imprensa alternativa feminista; redemocratização brasileira; *Mulherio*.

No Brasil da segunda metade do século XX, os movimentos feministas organizados tem início no período em que o país vivenciou os anos da Ditadura Militar, em meados da década de 1970 e são caracterizados por sua grande pluralidade - o que é uma característica própria desses movimentos -, mas também por atributos próprios do momento político vivenciado pelo país. Diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos e Europa no início da década anterior - época de grande efervescência política e de revolução cultural (PINTO, 2003) -, as feministas brasileiras atuavam sob uma conjuntura de repressão, censura, contenção de direitos e do exercício da cidadania.

Além de impossibilitar a participação civil na arena política, o Regime acabou polarizando as já inflamadas posições entre direita e esquerda no país em praticamente dois grandes blocos: os que apoiavam ou pelo menos se mantinham neutros em relação ao golpe militar e os que se opunham a ele. A partir de 1968, período de criação do Ato Institucional de número cinco, com a violência institucionalizada muitos opositores

1 Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia - Alcar Sul 2014.

2 Mestranda em História social pela Universidade Estadual de Londrina. liliansnli@yahoo.com.br.



viram-se obrigados a recorrer ao exílio e os que ficaram a se unirem, independentemente de convicções ideológicas, na luta contra a repressão.

Nesse período, a participação ativa das mulheres em oposição à Ditadura obteve uma grande repercussão social e política (SARTI, 1988). Das pequenas às grandes organizações de bairros em suas lutas por melhores condições de vida, nas manifestações de mães, esposas e filhas unidas em busca de presos ou desaparecidos, nas reuniões secretas de partidos na clandestinidade no país ou no exílio, nos sindicatos, na luta armada ou pela anistia, na criação e participação em imprensas alternativas, as mulheres atuaram em grande número e nos mais variados espaços marcando a sua presença e reconhecimento em atuações políticas justamente em um contexto em que tais manifestações civis estavam no todo ou em parte proibidas.

E é também nesse período de lutas que pautas feministas recomeçam³ a se articular nos mais variados grupos organizados de mulheres, neles encontrando ora acolhida, ora rejeição. A ONU decreta o ano de 1975 como o ano da Mulher que se estenderia a todo o decênio para que pudessem colocar em evidência as suas necessidades e problemas. No Brasil, com a gradual reabertura política do governo Geisel, isso significou a oportunidade de um espaço público legítimo para articulações sobre os rumos políticos do país. A força das mulheres na luta pela Anistia é um exemplo desse espaço de atuação que foi de fundamental importância para que em 1979 finalmente se decretasse a lei de Anistia legalizando o retorno dos exilados políticos (VARGAS, 2008).

O início da década de 1980 anuncia, portanto, uma nova conjuntura política caracterizada como o período de redemocratização do país. E as edições de *Mulherio* estão localizadas nesse processo: acompanha o final da Ditadura Militar, a volta dos exilados políticos, os movimentos de “Diretas, Já” e se encerra no mesmo ano em que é promulgada a Nova Constituição Federal – 5 de outubro de 1988 - a primeira que

³ Essa expressão foi utilizada para apontar que existiram no Brasil movimentos feministas anteriores aos da década de 1970 que também abordaram questões específicas às mulheres, como foi o caso das feministas anarquistas do início do século XX, que já colocavam em suas pautas discussões sobre o papel da mulher na família e na sociedade, entre outras questões como maternidade e sexualidade (SOARES, 1994).



contempla a igualdade plena entre homens e mulheres no Brasil.

É um período de reabertura política em que grupos antes unidos contra o Regime começam a segregar e a se reorganizar em partidos, grupos autônomos ou de ações individuais e acadêmicas⁴. As fragmentações ideológicas entre dois tipos de “lutas” interligadas, mas distintas entre si estavam presentes: as que reivindicavam pelas causas ditas “gerais” e as que se pautavam em suas causas “específicas”. Nas palavras de Elisa Casadei:

“Trata-se de uma tensão na articulação de dois tipos de demandas que, embora interligadas, se mostram distintas: a saber, as demandas por redistribuição e as demandas por reconhecimento. Essa oposição interna se configura a partir de duas noções distintas de Justiça. Enquanto as lutas por redistribuição partem de um conceito de Justiça que buscam minar as diferenciações, a partir de uma homogeneização dos grupos sociais [como as lutas gerais de classe], as lutas por reconhecimento tem seu intuito mais voltado à valorização das particularidades e especificidades de um grupo [como nos casos de movimentos feministas e negros, por exemplo.]”. (2009, p. 03).

Com a recepção de teorias e práticas feministas vindas de outros países especialmente França e Estados Unidos⁵, muitas integrantes de movimentos contra a Ditadura passaram a questionar o seu papel – enquanto mulher - dentro das organizações de esquerda, percebendo-se em situação de desigualdade em relação às atribuições dos homens. De acordo com as narrativas colhidas por Sousa (2007, p. 70), é durante a “década da mulher” que grupos de reflexão, coletivos de mulheres e jornais alternativos feministas como Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio ganham uma

⁴ De acordo com Pinto, no que tange os movimentos feministas, esse momento de reabertura política fez com que militantes identificadas com o MDB se dividissem entre o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, sucedâneo do MDB) e o PT (Partido dos Trabalhadores), assim como promoveu cisões entre aquelas que buscavam pela institucionalização do movimento através da aproximação com a esfera estatal e aquelas que defendiam o poder de autonomia para suas atuações, inclusive, para poder cobrar providências do Estado. E é nesse momento de pluralidade de posicionamentos que a autora também aponta para o surgimento e desenvolvimento de um feminismo acadêmico ancorado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas em São Paulo – local de criação do jornal Mulherio - e em outros núcleos acadêmicos de Pesquisa em Estudos de Mulher que se abriram nas grandes universidades do país. (2003, p. 68).

⁵ Quando o Regime intensificou a sua repressão – principalmente em 1968 com o AI5 -, um número considerável de opositoras, componentes da classe média brasileira, viram-se obrigadas ao exílio. Essa imposição permitiu às exiladas o contato com movimentos feministas de outros países, em especial o parisiense, cujas características principais eram a sua autonomia e militância voltadas para assuntos específicos às mulheres tais como questões de saúde, planejamento familiar, sexualidade e direito ao aborto. (BASTOS, 2006).



força maior e as questões feministas passam a se disseminar pelos vários movimentos de mulheres articulados em todo o país⁶. A autora apresenta como uma de suas entrevistadas narrou a sua percepção desse momento:

“Essa discussão sobre a mulher não se fazia dentro da esquerda (...) isso não era uma prioridade para mim entender o que as mulheres viviam, as diferenças... Achava que o problema maior era o problema de classe (...) foi em 78, quando teve o primeiro Congresso da Mulher Paulista que tomei contato mais próximo com a questão da mulher... No meu caso foi uma descoberta (...) O ano de 1975 foi designado como a década da mulher. Passei a entender (...) que haviam problemas para a mulher, que eram diferentes dos homens, que as mulheres tinham que ter uma pauta específica”. (SOUSA, 2007, p. 69)

Mulherio tem sido correntemente citado como exemplo de imprensa alternativa feminista (KUCINSKI, 1998). Com maior tempo de duração que os jornais acima mencionados, elaborado dentro da Fundação Carlos Chagas e tendo lá permanecido até a sua décima quinta edição datada de setembro/outubro de 1983, o periódico se diferencia tanto pelo período e local de sua criação quanto pela pluralidade dos temas abordados. De acordo com Cardoso (2004, p. 40), o II Congresso da Mulher Paulista realizado em 1980 foi um marco de cisão na imprensa feminista, pois a esquerda se afastou do movimento ao discordar das militâncias específicas.

Mulherio foi um periódico feminista alternativo de tiragem bimestral em formato tabloide com 39 edições datadas de março/abril de 1981 a abril/maio de 1988 - e então teve o seu nome substituído, sob o formato de um novo jornal intitulado como “Nexo. Feminismo, informação e cultura”, que publicou apenas duas edições posteriores. Surgiu através da “ideia de alguns anos” de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas em elaborar um boletim de notícias que buscasse um intercâmbio entre diversos pesquisadores voltados para o estudo sobre mulheres⁷. Desde seu início, porém, o jornal buscou ampliar seu público também para os grupos de mulheres

⁶ Vários periódicos alternativos feministas foram editados no Brasil durante a “década da mulher” (1975 a 1985) estipulada pela ONU, como os jornais Brasil Mulher (1975 a 1980), Nós Mulheres, o primeiro a se declarar feminista, (1976 a 1978) e Mulherio (1981 a 1988).

⁷ Todas as edições de Mulherio estão digitalizadas e disponíveis para consultas pelo site da Fundação Carlos Chagas em: <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio>



organizados em todo o Brasil (feministas ou não) para que pudessem utilizar desses referenciais em suas atividades práticas, assim como para os meios de comunicação interessados no tema.

Na edição de número zero – uma espécie de carta de intenções sobre os objetivos do periódico –, a editora responsável Adélia Borges afirma que a Fundação Carlos Chagas e a Fundação Ford garantiriam a saída do jornal por um ano e meio e que exemplares seriam entregues gratuitamente em Instituições acadêmicas, nos grupos organizados de mulheres e nos meios de comunicação, além de serem vendidos normalmente em livrarias, bancas de revistas e por meio de assinaturas. Na edição de número quatorze (julho/agosto de 1983) a Redação do jornal informa aos leitores que a partir desse número Mulherio se desvinculava da Fundação Carlos Chagas, e desde então buscou de variados recursos para sobreviver a duras custas – como o de praxe em imprensas alternativas - em suas 24 edições seguintes.

De forma um tanto análoga às polêmicas acerca da nomenclatura do recente evento chamado de “Marcha das Vadias”⁸, Adélia Borges explica quais as razões para terem nomeado o jornal com a controversa expressão “Mulherio”, que lhes renderam várias críticas enviadas por cartas de suas leitoras:

“Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, ‘gostosura’. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete ‘mulher’ é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: ‘1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. Esposa’. Em seguida da definição, vêm as composições usualmente feitas com a palavra: ‘à toa’, ‘da comédia’, ‘da rua’, ‘da vida’, ‘da zona’, ‘da rótula’, ‘do fado’, ‘errada’, ‘perdida’, etc. (...) Consulte no mesmo dicionário as composições feitas com o verbete ‘homem’: ‘de ação’, ‘de bem’, ‘de Estado’, ‘de letras’, ‘de negócios’, etc. Mulherio,

⁸ Em 2011 foram reproduzidas em várias regiões do globo uma manifestação de rua originada em Toronto no Canadá e intitulada de *Slut Walk* como protesto à declaração de um policial que relacionou o abuso sexual de mulheres às suas vestimentas supostamente provocantes. O ato consiste numa caminhada conjunta pelas ruas com trajes socialmente estereotipados como “sensuais” portando cartazes de conscientização para a não culpabilidade da vítima. No Brasil, essas passeatas foram cunhadas com a polêmica expressão “Marcha das Vadias” e desde essa data tem sido anualmente reproduzida em diversas cidades do país. (HELENE, 2013, P. 68) É interessante - e daí a comparação com a palavra “Mulherio” - como o termo “vadiagem” ganha significados distintos quando é atribuído para homens e mulheres.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

por sua vez, nada mais é do que ‘as mulheres’ ou ‘uma grande porção de mulheres’. É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas.” (Mulherio, 1981, ed. 0, p. 1)

Em Michel de Certeau (1982) encontramos um método analítico bastante pertinente quando ele pensa a operação historiográfica e que pode ser emprestado para a análise da produção desse jornal: ele aponta para a questão dos *lugares* – o que implica analisar onde o periódico foi produzido e os seus destinatários; as *práticas* abordadas, ou seja, quais os métodos, a composição e organização do periódico que se materializou, enfim, num saber elaborado através de textos, ou seja, em formas de *escrita*.

É possível perceber nessa breve apresentação do jornal, que o local de onde se fala, a Fundação Carlos Chagas, é institucional, acadêmica, formada por um Conselho Editorial de pesquisadoras de estudos sobre mulheres e é voltado especialmente para esse público. Entretanto, a linguagem utilizada, a organização e as abordagens dos assuntos empregados não são feitos segundo uma norma tipicamente culta e científica e busca alcançar um espaço maior de recepção a suas ideias. Como afirma logo de início, o jornal trataria as suas questões de forma séria e consequente, mas, “não mal-humorada, sisuda ou dogmática” (Mulherio, 1981, ed. 0, p. 1).

Há também a preocupação em abordar as mais variadas correntes e posicionamentos feministas e de organizações de mulheres. Desde os grupos partidários aos autônomos ou ainda de “reflexão”. O Conselho Editorial, no início composto por dezesseis mulheres, afirma em seus expedientes que as matérias assinadas não representam necessariamente as suas opiniões e logo em sua primeira publicação demonstra que o objetivo do jornal é justamente o de buscar apresentar as pluralidades desses movimentos e ideias:

“(…) Mulherio não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto – seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições”. (Mulherio, 1981, ed. 0, p. 1).



A escolha de Mulherio para apresentar os dilemas sobre essas demandas políticas e suas conseqüentes convicções é providencial. Em várias de suas edições são confrontados os posicionamentos dos mais variados grupos feministas sobre a sua adesão ou não em partidos, federações ou institucionalização dos movimentos, assim como as contendas entre a relevância de se buscar por uma luta geral ou específica revelando em suas páginas a complexidade dessas atuações e dos conflitos vivenciados no período.

Logo em sua primeira edição, em celebração ao dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, há um texto que traça um panorama geral dos encontros de mulheres realizados em todo o Brasil em razão dessa data. Nesse texto, os conflitos entre a “luta geral” promovida por organizações de esquerda em busca de uma massa homogênea por um objetivo unitário e o da “luta específica” feminista que buscava dar voz aos problemas exclusivos das mulheres é enfatizado:

“As atenções voltaram-se mais para o Terceiro Congresso da Mulher Paulista, não só por ser o evento de maior envergadura, mas também porque nele se acirraram as posições antes mesmo da realização do Congresso que foi dividido em dois encontros diferentes. O primeiro foi realizado no Tuca, que reuniu 300 delegadas, representando seis mil mulheres de todo o Estado. O segundo foi realizado no Estádio do Pacaembu por mulheres identificadas com a linha do jornal “Hora do Povo” e setores sindicais que lhe estão próximos, que não aceitam a autonomia do movimento de mulheres. (...) As divergências que ocorreram em São Paulo, repetiram-se em outros Estados. No Rio, as comemorações se realizaram no Sindicato de Metalúrgicos, com o predomínio das facções políticas sindicais e estudantis, em detrimento das organizações de mulheres. A mesa privilegiou as questões gerais como a carestia e o controle da natalidade, e não aquelas mais ligadas à situação da mulher. As feministas encontraram dificuldades para se manifestar (...) o encontro foi inteiramente manipulado. (...) No Recife os grupos Ação Mulher, Mulher do Nordeste e Brasil Mulher optaram por não participar do Segundo Encontro de Mulheres de Pernambuco, dominado por elementos do PMDB, por discordarem fundamentalmente da pauta proposta, que não se referia aos problemas específicos das mulheres. Duas feministas que procuraram entrar no Encontro foram agredidas. (...) Em Curitiba e em Belo Horizonte, houve encontros unitários. O Segundo Encontro da Mulher Mineira teve o apoio do PT, do PMDB, de entidades estudantis e sindicais e do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte. Tratou-se muito mais, entretanto, de questões gerais.” (Mulherio, 1981, ed. 1 p. 6).



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

As divergências, entretanto, não se limitavam apenas entre as questões gerais e específicas. Entre as correntes feministas também havia desacordos sobre a legitimidade desses encontros:

“Há também os grupos feministas que questionam a própria realização de congressos desse tipo, pois acham que eles acabam desembocando numa imitação dos modelos machistas de disputa de poder. Essas correntes consideram que as feministas devem centralizar sua ação na modificação das relações no cotidiano, dentro do que certos psicólogos definiram como ‘revolução molecular’. Isso supõe, entretanto, um nível de conscientização bastante desenvolvido que, se já foi atingido por um certo número de mulheres da elite intelectual, está ainda bem longe de se estender à realidade brasileira como um todo. Por isso, há finalmente as que consideram que as mulheres e sobretudo as feministas devem diversificar sua luta em todas as frentes, sem privilegiar o psicológico ou o político, mas procurando ocupar espaços em todas as esferas para poder modificar as estruturas existentes.” (Mulherio, 1981, ed. 1, p. 6).

A necessidade de se intensificar e de plurificar a análise de problemas relativos às mulheres se estende dentro da própria Fundação Carlos Chagas, de onde até então Mulherio era editado. Carmem Barroso, da Comissão Organizadora de Concursos para pesquisas sobre mulheres, ao fazer um balanço dos temas abordados nos dois últimos concursos realizados em 1977 e em 1979 pela Fundação aponta para algumas conclusões:

“(...) os temas que lideram a preferência dos pesquisadores são, por ordem, trabalho, saúde, sexualidade e política. Por outro lado, foram poucos os projetos sobre família e maternidade. Ela [Carmem Barroso] diz: ‘Talvez a ausência de projetos nessa área se explique pelo modelo masculino predominante, segundo o qual os fenômenos importantes estão no domínio público. O próprio pensamento feminista brasileiro só agora começa a superar a noção de que a libertação da mulher vem exclusivamente da participação na esfera produtiva’.” (Mulherio, 1981, ed. 1, p. 11).

E assim, ao serem abertas novas vagas para pesquisas sobre mulheres em 1982, uma renovação nas abordagens é recomendada:

“Analisando os concursos anteriores, as participantes da comissão organizadora mostram o desejo de que este avance mais, em vários sentidos. Um deles seria a ampliação do leque de assuntos pesquisados e a abordagem de temas que ainda são insuficientemente



estudados no Brasil, como a mulher no âmbito privado, sua relação com a família, sexualidade, violência, saúde, aleitamento, guarda das crianças, minorias raciais, mulher na literatura e estudos de abordagem histórica”. (Mulherio, 1982, ed. 7, p. 24).

Esse incentivo às questões específicas que atingem as mulheres nos mais diferenciados espaços estimuladas pelas pesquisadoras feministas da Fundação Carlos Chagas, sendo Mulherio uma de suas ferramentas de disseminação, a todo o tempo procuravam legitimar a relevância dessas temáticas em um contexto social hostil as suas demandas, considerando-as fúteis, superficiais ou de segunda ordem em relação aos problemas maiores e gerais que a população brasileira vivenciava. Nas palavras de Sarti:

“(…) ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês (...) A autodenominação feminista implicava, já nos anos 1970, a convicção de que os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigia tratamento próprio.” (SARTI, 2004, p. 40).

Em resposta a essas críticas, especialmente às de militâncias de esquerda – onde de certa forma se buscava acolhida -, Mulherio procurava em suas abordagens e nos mais variados aspectos legitimar a importância de se tratar de assuntos específicos e de desmitificar a ideia historicamente construída de considerá-los sem maior relevância para os problemas sociais. Esse é o caso de um breve comentário colocado em destaque na coluna do jornal ao divulgar a ocorrência de dois eventos distintos sobre sexualidade – sendo o primeiro o de uma agenda de sexóloga que estava lotada porque o hospital público resolveu fornecer consultas gratuitas para a população carente e o outro sobre o sucesso de um encontro no clube de mães em que a pauta de debates era sobre sexo -, ambos sob o título de “Muito prazer, periferia”:

“ao contrário do que dizem muitos militantes políticos, a preocupação com a própria sexualidade não é exclusiva de burguesas ociosas ou intelectualizadas. É o que demonstra essas duas experiências” (Mulherio, 1982, ed. 5, p. 17)

Outro exemplo dessa legitimação ainda sobre a sexualidade também é retratada por essa tirinha na edição de número 2 do jornal:



(Mulherio, 1981, ed. 2, p. 21)

E se havia um público a ser convencido existiam também os que deveriam ser mantidos, pois entre as próprias feministas ainda existia o conflito interno de se adiar as suas próprias pautas em momentos de maior movimentação política, como foi o caso das “Diretas, já!” discutido na edição de número 16 – primeiro ano de publicação do jornal fora da Fundação Carlos Chagas -, sob o tema “Sem cidadania plena, só resta o lugar da diferença”:

“As mulheres lutam pela democracia. Fazem suas passeatas. Vão ao Congresso e à Câmara reivindicar eleições diretas, já. O fato das mulheres isolarem sua luta, embora reintegrando-a à luta geral, colocam algumas questões para se refletir, visto que ser mulher não é profissão. (...) As mulheres não compõem, igualmente, um partido político. (...) a participação das mulheres na luta pela democratização deste país se dará a partir de sua cidadania? Estará junto a todos os cidadãos, para a seguir colocar suas reivindicações específicas? Difícil responder afirmativamente, já que as mulheres, como as outras minorias (e também todos os grupos sociais discriminados), só têm uma cidadania parcial. (...) O lugar das mulheres, assim como o das outras minorias, não sendo o da cidadania plena, é aquele da diferença. Mas é aí que se procura domesticá-las e tutelá-las, restringindo o espaço civil público para as questões ‘não relevantes’ (como são chamadas aquelas que lhes dizem respeito) que possam vir



a atrapalhar o projeto unitário de dominação centralizada e burocrática que sustenta a sociedade desejada pelo Estado: harmônica, hierárquica e autocontrolada.” (Mulherio, 1984, ed. 16, p. 6).

Nesse momento de entusiasmo proporcionado pelas manifestações das Diretas, Mulherio se posiciona e atenta para a importância das mulheres se manterem unidas e focadas em suas pautas específicas:

“Resta muito a fazer. A nós, feministas, a todas as mulheres. Não apenas manter o pique das ruas, mas discutir as nossas propostas para o futuro governo eleito, para a Constituinte que decerto virá. Nosso anseio amplo das diretas deve-se traduzir em propostas que nos digam respeito, não importa quem seja o presidente, não importa se nos separarmos partidariamente na campanha. (...) é certo privilegiar as ditas questões específicas, vinculando-as às lutas políticas mais globais? Devemos privilegiar a participação política como um dado de nossa cidadania? (...) Esse imenso potencial, esse porre cívico que nos fez ir sem medo às ruas, não só da repressão policial, mas seguras de que não corríamos risco ao voltar para casa altas horas, não pode nos deixar desprevenidas quando for formulado o novo pacto social. Diretas e direitos já!” (Mulherio, 1984, ed. 16, p. 5).

De acordo com Pinto (2003, p. 72 a 79), embora em 10 anos de militância no Brasil, os feminismos não conseguiram modificar o quadro de mulheres no legislativo, que na época ocuparam apenas 5,7% da Casa, o que não impediu, entretanto, que as pautas feministas tivessem efetiva participação nos trabalhos constituintes:

“(...) as mulheres eleitas deputadas tiveram uma trajetória surpreendente: superando suas diversas extrações partidárias, se autodenominaram ‘bancada feminina’ e apresentaram 30 emendas sobre os direitos das mulheres, englobando praticamente todas as reivindicações do movimento feminista” (PINTO, 2003, p. 74).

Durante essa batalha de tornar públicas e legítimas as questões tidas como específicas das mulheres, o jornal se encerra no mesmo ano da nova Constituição Federal. Na última edição em que o periódico foi ainda publicado com o nome de Mulherio (1988, ed. 39) tem uma pequena matéria intitulada de “Feminista? Quem? Eu?” lamentando que a palavra tenha tomado uma conotação pejorativa. Teria sido uma pequena vitória dos que insistiam em ridicularizar suas demandas?

Na edição de número 3, no espaço de publicação de cartas enviadas por leitoras, o Conselho Editorial selecionou sob o título de “Lutar, mas também amar e ser feliz” a



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

carta de uma militante chamada Verônica Guedes, componente da então Frente Feminista 4 de Janeiro, de Fortaleza – CE, que dá voz a esses conflitos internos proporcionados pela celeuma entre a “luta geral” ou “específica” sentidos na individualidade, na subjetividade dessas mulheres que corajosamente resolveram declarar públicas e legítimas as suas necessidades:

“Eu, como tantas outras mulheres, cheguei ao movimento feminista oriunda dos movimentos políticos mais gerais. Cheguei, como tantas outras, com todas as dificuldades em reconhecer e assumir ‘o pessoal’ como político, tateando uma vivência de descobertas incríveis. Era como se no meu armário o tempo todo tivesse à minha disposição uma linda roupa colorida com poderes de me fazer amar a vida, a natureza e ao próximo, sem perder a minha identidade de mulher e eu preferisse optar por uma velha roupa cinzenta com uma enorme cruz pregada nas costas, em nome de uma vida, um amor e um futuro não muito próximos e com uma identidade assexuada. Na prática, no entanto as coisas não se apresentam com a simplicidade de uma metáfora. As próprias companheiras que num passado recente nos tratavam com todo respeito que ‘um político deve ter por outro político’, nos ridicularizam como se estivéssemos nos vestindo como ‘bobas da corte’. E por quê? Temos colocado insistentemente a necessidade de no movimento feminista se lutar pelas questões femininas, tendo o cuidado de não trazer para os grupos feministas as disputas de tendência. Mas esbarramos no preconceito, na desconfiança e no descaso com que considerável parte da esquerda brasileira trata ‘as questões pessoais’ e que nós chamamos de específicas.

Como será um mundo construído por pessoas que acham que a militância política substitui a própria vida? Por pessoas que esqueceram sua sexualidade em alguma página solta do ‘Capital?’ Por pessoas cuja amargura e sisudez se sobrepõem à tarefa de construir um mundo mais feliz e sadio? Por isso, em nome de todos os torturados, de todos os humilhados, de todos os mortos e desaparecidos, em nome de todos os suicidas e, principalmente em nome de todos os que estão vivos, devemos transformar o amor num exercício diário de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, pensam em revolucionar o mundo! Para isso nosso movimento tem importância fundamental, porque questiona as relações afetivas e políticas a partir dos indivíduos. Por isso também representa um perigo para quem não consegue se libertar do martírio que representa sua opção política.

Não pensamos em trocar fuzis por flores, nem abrimos mão de lutar por uma sociedade humana e justa. Queremos participar da construção dessa nova sociedade, mas queremos também amar, ser feliz e alegres com a mesma intensidade que sofremos pela nossa trágica realidade social e, para isso, precisamos de uma identidade, de nossa identidade



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

de mulher sexo feminino e não de uma triste militância assexuada.”
(Mulherio, 1981, ed. 3, p. 2).

Referências

- BASTOS, Natalia de Souza. O círculo de mulheres brasileiras em Paris: uma experiência feminista no exílio. In Usos do passado, 2006, Rio de Janeiro, **XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, Rio de Janeiro, APERJ, 2006.
- CARDOSO, Elizabeth. Imprensa Feminista Brasileira pós-1974. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(N.E): 264, p. 37-55, set-dez/2004.
- CASADEI, Eliza Bachega. As questões de redistribuição e reconhecimento na imprensa feminista alternativa: o caso mulherio. **Revista Altejour – grupos de Estudos Altejour: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA_USP)**, São Paulo, ano 1, vol 1, p. 1-19, Ago-dez/2009.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- KUCINSKI, Bernardo. A aventura alternativa: o jornalismo de oposição dos anos 70. In: _____. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- HELENE, Daiane. A marcha das vadias. O corpo da mulher e a cidade. **Redobra**, a. 4, n. 11, p. 68-79, 2013.
- MULHERIO, São Paulo, n. 0, mar/abr. 1981.
- MULHERIO, São Paulo, n. 1, mai/jun. 1981.
- MULHERIO, São Paulo, n. 3, set/out. 1981.
- MULHERIO, São Paulo, n. 5, jan/fev. 1982.
- MULHERIO, São Paulo, n. 7, mai/jun. 1982.
- MULHERIO, São Paulo, n. 14, jul/ago. 1983.
- MULHERIO, São Paulo, n. 16, mai/jun. 1984.
- MULHERIO, São Paulo, n. 39, abr/mai. 1988.
- PINTO, Céli Regina. O novo feminismo nasce na ditadura. In: _____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de**



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

Pesquisa, São Paulo (64): 38-47, fec, 1988.

_____. O feminismo brasileiro desde 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos feministas**, Florianópolis 12(2): 264, p. 35-50, mai-ago/2004.

SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências.

Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, n. especial, out. 1994.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. In *Vestígios do Passado: a história e suas fontes*, 2008, Rio Grande do sul, **IX Encontro Estadual de História – ANPUH-RS**, Rio Grande do Sul, 2008.